

6

Considerações finais

A reflexão que segue se baseia na fala dos jovens entrevistados e no pressuposto básico das políticas públicas de juventudes na atualidade que pensam os jovens como sujeitos de direitos.

A análise da fala dos jovens permeia as contingências da sua existência. Através de suas falas levantamos questionamentos e reflexões que julgamos ser importantes e que são trazidas à tona com o objetivo de se pensar estratégias de intervenção e reflexões que permitam dar espaço a estes jovens, seja através de políticas públicas, seja através de uma mudança de comportamento da sociedade para com esta população que vive este momento de busca de afirmação de sua singularidade neste mundo.

A participação cidadã da juventude é um desafio a ser vencido. Entendemos que para deixar de ser um ideal e se tornar uma realidade, é preciso criar canais de comunicação e informação. A participação cidadã não é algo que se ensine, mas ao se criar espaços e oportunidades, ela se desenvolve. Ao pensarmos na juventude como um agente participativo em nossa sociedade, podemos pensar que as responsabilidades e compromissos assumidos podem ter um direcionamento que permita o enfrentamento da realidade para a ampliação de oportunidades.

Entendemos que é difícil para uma política pública de juventude contemplar a multiplicidade de percepções, expectativas e sonhos deste segmento e que, isoladamente, os projetos não bastam, é preciso mudar o entorno. Mas, desde que haja diálogo e participação, os Programas sociais, podem promover mudanças positivas na vida dos jovens. Para se criar um contexto participativo é preciso, antes de tudo, ouvir os interessados, mesmo se tratando de uma política emergencial como é o caso do PROJOVEM.

Conforme constatamos nas percepções dos jovens e coordenadores do PROJOVEM, a elevação da escolaridade não é o grande incentivo para o ingresso no programa a não ser pela expectativa de conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho. No entanto, não podemos dizer que seja somente a bolsa-auxílio o grande “carro-chefe” do Programa. A importância da ajuda financeira não é negada e se configura como um complemento à

sobrevivência tanto que, se ao jovem aparece uma oportunidade de ganhar mais do que os cem reais que o programa oferece, ele irá aceitar.

Podemos dizer que as certezas e incertezas trazidas pelos jovens são características do ser humano que está sempre em busca de novos caminhos. Uma das certezas trazidas pelos jovens entrevistados é de que terão uma vida melhor se conseguirem uma colocação no mercado de trabalho formal.

Apesar da imposição da necessidade de sobrevivência, acreditamos que a qualificação profissional se apresenta como o maior fator de motivação que leva o jovem a se inscrever no PROJOVEM. Se a qualificação desperta no jovem a expectativa de conseguir um emprego digno, se durante o curso do Programa ele confirmar que essa expectativa pode se concretizar, é provável que ele se mantenha no Programa durante um ano. Mas, para isso é preciso repensar a forma que de execução deste eixo.

Infelizmente, a forma como a qualificação profissional é oferecida não contempla a multiplicidade de jovens que participam do Programa. Talvez, uma alternativa para que este eixo seja mais bem aproveitado pelos jovens seja a abertura de espaços para o diálogo com os jovens. Estes espaços poderiam ser as Estações da Juventude e os diálogos deveriam acontecer antes do início das aulas. Desta forma seria possível ouvir as necessidades e sonhos dos jovens para assim decidir que profissões poderiam ser oferecidas ali de acordo com a solicitação da maioria.

Além disso, consideramos que para que este conhecimento não se perca, se faz necessário o convênio com organizações estatais e empresas em que estes jovens possam praticar o conhecimento adquirido e ingressar no mercado de trabalho, seu maior objetivo.

Ocupar o tempo do jovem com qualquer atividade como forma de garantia para que ele não ingresse no tráfico de drogas se configura apenas como uma ilusão de quem elabora e executa um projeto social. É preciso pensar em ações que agreguem valores para os participantes ou, do contrário, estaremos perpetuando a assistência como forma de política pública.

Mesmo que a qualificação profissional oferecida pelo PROJOVEM não venha como uma garantia de inserção no mercado de trabalho, há que se pensar que pode se transformar em subsídio para outras ações. Um passo importante para que isto aconteça é que o jovem

esteja fazendo algo que realmente acredita, que gosta e que enxerga como uma possibilidade de mudança de vida.

Os pontos negativos no PROJOVEM, percebidos pelos jovens, parecem levá-los a acreditar cada vez menos nas políticas públicas. Esse descrédito nas ações políticas, leva a um distanciamento desta população aos seus direitos à cidadania. Nesse caso, há uma distância entre a motivação à ação mesmo que haja expectativas de mudanças.

Respeitar e cumprir as bases oferecidas em um Programa é respeitar os direitos dos jovens. Se os jovens entram no PROJOVEM com uma motivação e não têm suas expectativas atendidas pelo não cumprimento do que foi prometido, se as informações são desconstruídas, se ele não é ouvido, está se repetindo o mesmo processo que o levou a afastar-se da escola. No caso da inserção no PROJOVEM, podemos pensar que se isto acontecer é provável que este jovem passe a não buscar mais este tipo de oportunidade ou ainda que passará a não acreditar nas políticas públicas de promoção de cidadania oferecidas a este segmento.

O oposto à vulnerabilidade é a potencialidade. As potencialidades desenvolvidas pelos jovens podem ser favorecidas por uma série de contingências do seu entorno e que começam a se desenvolver na infância. Neste ponto enfatizamos outra pesquisa desenvolvida pelo Ciespi⁶¹ na qual são analisadas as bases de apoio familiares e comunitárias que podem se apresentar como fator de favorecimento no desenvolvimento infantil e juvenil. As bases de apoio, entre elas; a família, os vizinhos, a escola, a igreja, e comunidade em geral serviriam como suporte para crianças e adolescentes desenvolverem suas potencialidades.

A juventude expressa a sociedade. É preciso lembrar que os jovens de hoje eram crianças nos anos noventa quando foram promulgadas a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estas leis, que como mencionado anteriormente nesta dissertação, são consideradas conquistas históricas da cidadania no Brasil, não se efetivaram como garantias a esta população.

⁶¹ Além dos estudos já mencionados na introdução deste trabalho, destacamos a Pesquisa *Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Para mais informações consultar a instituição.

Se os que hoje se encontram em situação de vulnerabilidade social são as crianças dos anos noventa, o que foi feito desde então? As escolas, vistas como espaços de promoção da cidadania não cumpriram seu papel social, haja vista o grande contingente de jovens brasileiros para quem o PROJOVEM foi criado. Estes jovens de hoje serão os adultos de amanhã. Como serão suas vidas ao deixarem o Programa? Conseguirão trabalho? Conseguirão realizar suas expectativas e sonhos? São respostas que não temos hoje, mas que devem ser pensadas para um futuro não muito distante. E para os filhos dos jovens de hoje, ou seja, os jovens de amanhã, o que o futuro reserva? Se quisermos mudar a realidade social do país é preciso criar estratégias mais eficazes.

Ouvir a juventude, abrir canais de comunicação e espaços de diálogo é um meio para compreender suas demandas e especificidades. Talvez, as políticas setoriais e geracionais possam contemplar melhor a diversidade deste segmento. Abrindo espaço para a participação através da escuta aos jovens e respeitando seu contexto social e cultural, é possível conhecer suas demandas e pensar saídas para a adversidade.

Os jovens entrevistados nos trouxeram demandas urgentes e específicas. Nas suas percepções, as políticas públicas deveriam se preocupar com geração de emprego e renda. Políticas que respeitem a condição do jovem como aquela pessoa que possui direito a ter direitos. Aquela pessoa que, como cidadão, não pode ser vista apenas pela idade, pois conforme concluímos através da fala dos jovens, não há uma idade para se tornar ou deixar de ser jovem. O que parece determinar a entrada ou a saída da condição juvenil são as responsabilidades que cada um assume consigo mesmo e com o mundo.

É preciso criar espaços de diálogos aonde sejam discutidas motivações e expectativas. Os jovens entrevistados parecem aguardar a grande oportunidade de ter um emprego digno quando poderão fazer jus as suas responsabilidades. Os jovens não se negam a trabalhar, pelo contrário, arranjar um trabalho digno é o seu maior sonho.

Pensamos ser importante fazer uma consideração no que diz respeito à idade em que se é jovem no que diz respeito à elaboração de políticas públicas a este segmento.

Se por uma análise, a faixa etária ao qual são destinadas as políticas públicas, visa contemplar o maior número de jovens e isto é positivo, visto o grande número da população necessitada que pode vir a beneficiar-se delas, por outra, observa-se um alargamento deste

segmento no sentido de tentar inserí-los numa estrutura social que não deu conta das desigualdades e adversidades ao qual estavam expostos desde a infância.

Vale pensar que, se hoje são considerados jovens as pessoas até 29 anos de idade, mesmo que em termos de desenvolvimento biológico este já seja um adulto, se os dados referentes à vulnerabilidade social deste segmento, descritos nesta dissertação, tenderem a se agravar, certamente, daqui a alguns anos, poderemos assumir como juventude pessoas com 40 anos ou mais. Ou não, talvez venhamos a chamá-los de adultos-jovens desvalidos, em situação de vulnerabilidade. Aqueles que não conseguiram fazer sua transição, alguém que ainda não é, um vir a ser.

Entendemos que alargar a idade a que se destinam as políticas públicas de juventude não se apresenta como solução ou inclusão de uma parcela da população que não conquistou seus direitos na infância nem na adolescência e que, como última esperança vê-se incluído num contingente jovem que vem conquistando direitos no papel. A cidadania como conquista dos direitos deve ser pensada e exercida desde o nascimento. Neste sentido, o foco na prevenção se apresenta ainda como a melhor saída. Investir em educação, saúde, formação de carreira, desde a infância seria, talvez, a saída para um futuro incerto como o que se apresenta hoje à população jovem do nosso país.